MULHERES EM REDE

PROMOVENDO CUIDADO
AUTONOMIA ECONÔMICA




MULHERES EM REDE
Camtra
CAMP
LEI MARIA DA PENHA




Quem Cuida
Cuida?


CAMTRA


BOAS FESTAS E FELIZ 2026


MULHERES EM REDE
MNLM

MULHERES ♀EM REDE♀

PROMOVENDO CUIDADO AUTONOMIA ECONÔMICA

2026

EXECUÇÃO

Camtra
CASA DA MULHER TRABALHADORA

CAMP
Escola do Bem Viver

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS MULHERES
SECRETARIA NACIONAL DE AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA DE CUIDADOS

EXPEDIENTE

Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP

Tem como missão promover a garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações urbanas através da mobilização social, da formação de lideranças democráticas e da produção de conhecimento no sentido da construção de novos referenciais de desenvolvimento local sustentável.

Coordenação: ***Daniela Oliveira Tolfo***

Coordenação Administrativa: ***Ana Maria Cruz***

Conselho Diretivo: ***Lucia Garcia, Luiza Christina Schafer, Rosimar de Mattos e Selvino Heck***

Endereço: Praça Pereira Parobé, nº 130 - 9º andar - Centro - Porto Alegre / RS. CEP: 90030-170

Contatos: +55 51 3106-8030 | E-mail: camp1983.ong@gmail.com

Casa da Mulher Trabalhadora - CAMTRA

Fundada em 1997, a CAMTRA é uma organização feminista, que tem como missão ir ao encontro de outras mulheres com a perspectiva de colaborar para a promoção de seus direitos e para o fortalecimento de sua autonomia, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Eleutéria Amora da Silva – Coordenadora Geral

Lucivânia Soares da Costa França – Coordenadora Financeira

Iara Amora dos Santos – Coordenadora Suplente (licenciada)

Endereço: Rua da Lapa, 180 / sala 806, Centro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. CEP: 20021-180

Contatos: +55 21 2544 0808 / 97023-2429 | E-mail: camtra@camtra.org.br

Equipe de redação da cartilha:

Texto: ***Iara Amora dos Santos***

Revisão e coordenação: ***Eleutéria Amora da Silva, Alana Barroco Vellasco Austin e Daniela Oliveira Tolfo***

Projeto Gráfico: **Agência de Arte** | Tiragem: 700 exemplares | Fotos: CAMTRA e CAMP

Esta publicação foi elaborada com o apoio financeiro do **Ministério das Mulheres** através da **Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados.** O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva da CAMTRA e do CAMP, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição das apoiadoras citadas neste texto.

Esta publicação tem fins educacionais e será distribuída gratuitamente. É livre a reprodução, desde que citada a fonte.

ISBN: 978 65 88792 09 4

2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1. O TRABALHO FORA DO TRABALHO	08
2. AS MULHERES TRABALHAM DEMAIS E GANHAM DE MENOS	10
3. O TRABALHO DAS MULHERES SUSTENTA O MUNDO	13
4. AS MULHERES NÃO TÊM QUE CUIDAR DE TUDO SOZINHAS	16
5. AS MULHERES TAMBÉM CUIDAM DE SUAS COMUNIDADES	20
6. TRABALHO, CUIDADO E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	24
7. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NÃO É O MUNDO QUE A GENTE QUER	28
8. AS MULHERES SÃO COMO AS ÁGUAS, CRESCEM QUANDO SE JUNTAM	30

APRESENTAÇÃO

Acreditamos que a emancipação das mulheres se constrói quando temos condições materiais para a manutenção de nossas famílias e, ao mesmo tempo, acesso a redes de apoio e de cuidado com a saúde física e mental. Essas condições são fundamentais para que possamos ser protagonistas das lutas pela transformação da divisão sexual do trabalho; pela redução da sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado com a família; pela ampliação do acesso, da permanência e da progressão no trabalho e na carreira profissional; pelo acesso a direitos; e pela ampliação da participação e da organização social das mulheres nos espaços de elaboração e controle das políticas públicas e nos movimentos sociais.

Com esta perspectiva, desenvolvemos o projeto **Mulheres em Rede Promovendo Cuidado e Autonomia Econômica (TF 968941/2025)**, financiado pelo Ministério das Mulheres através da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, com o objetivo de formar uma rede de multiplicadoras capaz de promover processos de autonomia das mulheres, articulando as dimensões do cuidado, da saúde e da autonomia econômica e financeira.

O projeto, desenvolvido em seis estados (Acre, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo), tem investido na discussão sobre a construção de políticas de cuidado e de promoção da autonomia econômica como caminhos para a conquista de direitos e para a reparação das desigualdades que marcam a vida das mulheres, especialmente das mulheres negras, indígenas e ribeirinhas. A troca de experiências e saberes entre mulheres fortalece, emancipa e cria possibilidades para a ação coletiva diante de desafios como a violência doméstica, as desigualdades no acesso à educação e à formação profissional e a necessidade de ampliação da renda.

Nesse processo, enfatizamos a economia popular e solidária como uma importante ferramenta para a construção de autonomias. A formação e a articulação em rede criam pontes e conexões entre mulheres e territórios, fortalecendo estratégias coletivas para transformar a divisão sexual do trabalho e promover os direitos das mulheres em suas múltiplas dimensões – étnico-racial, geracional, territorial e de diversidade.

Esperamos que este material seja mais uma ferramenta para fortalecer os caminhos que construímos juntas e que a rede de mulheres formada ao longo desse processo siga viva, conectada e se multiplicando por muitos cantos do Brasil.

Que as experiências, os saberes e as lutas compartilhadas aqui sigam produzindo autonomia, cuidado, solidariedade e organização coletiva – porque, quando nos fortalecemos em rede, ampliamos nossa capacidade de transformar nossas vidas e a sociedade em que vivemos.

Casa da Mulher Trabalhadora – CAMTRA

Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP

01 INTRODUÇÃO

Você já parou para pensar que a gente costuma chamar de "trabalho" apenas as tarefas e atividades que estão associadas a algum tipo de pagamento? Seja em um emprego formal — como vendedora, empregada doméstica, professora, atendente de telemarketing — ou em trabalhos sem vínculo formal, como a venda ambulante, o trabalho como camelô, a produção e venda de bolos e quentinhas, os serviços de costura...

Muitas de nós, quando não estamos inseridas no mercado de trabalho remunerado, chegamos a dizer: "***Eu não trabalho, não. Sou dona de casa".***

Mas vamos pensar juntas: independentemente de termos ou não um emprego ou trabalho remunerado, quantas tarefas e atividades realizamos todos os dias para garantir a manutenção das nossas vidas e das nossas famílias?

Antes ou depois de ir para o trabalho ou realizar uma atividade remunerada, quantas horas do nosso dia são dedicadas a tarefas como cozinhar, limpar e organizar a casa, fazer compras, cuidar das crianças, das pessoas idosas ou de alguém que esteja doente? E quanto tempo dedicamos ao planejamento e à organização de todas essas atividades?

E, se você está fora do mercado de trabalho remunerado, quanto tempo do seu dia realmente sobra sem que você esteja envolvida em alguma dessas tarefas?

Essas atividades fazem parte do nosso cotidiano e, muitas vezes, estão tão naturalizadas que nem paramos para pensar nelas. Mas queremos fazer um convite: **vamos olhar para esse trabalho, reconhecer o seu valor e pensar juntas sobre os impactos que ele tem nas nossas vidas?**

GERALMENTE QUEM REALIZA ESSAS TAREFAS NA SUA CASA E/OU FAMÍLIA? *(se quiser complete com mais algumas tarefas ao final)*	
Cozinhar	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Lavar roupas	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Lavar louça	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Lavar o banheiro	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
VARRER A CASA	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Ir ao mercado	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Ver o que precisa comprar (comidas, roupas, produtos de limpeza, de higiene...)	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Quem falta ao trabalho quando as crianças ficam doentes?	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Quem leva as crianças para vacinar?	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Quem cuida das pessoas doentes ou que necessitem de auxílio?	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Quem cuida das pessoas mais velhas que precisam de suporte?	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Quem planeja atividades de lazer para a família (passeios, viagens, jogos...)?	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Quem faz a ceia de natal e de outras datas festivas?	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**
Quem organiza as festas de aniversário?	**[ ] eu [ ] outra mulher [ ] um homem [ ] outro:**

E aí, como ficou esse resultado?

Essas tarefas são divididas igualmente entre as pessoas da sua casa ou da sua família? Ou recaem principalmente sobre uma mesma pessoa?

Quem é essa pessoa? É uma mulher, um homem ou outra pessoa?

02 AS MULHERES TRABALHAM DEMAIS E GANHAM DE MENOS

Se você ou outras mulheres da sua família são responsáveis pela maior parte dessas tarefas, você já deve ter percebido que essa não é uma realidade vivida apenas por vocês. A sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado é uma realidade compartilhada por muitas mulheres no Brasil.

As mulheres dedicam, em média, **21,3 horas** por semana a tarefas domésticas e ao cuidado de pessoas. Entre os homens, esse tempo é de cerca de 11,7. (PNAD-C/IBGE 2025)

As mulheres correspondem a **51,5%** da população brasileira, elas são responsáveis por 79,7 % da produção dos cuidados não remunerados na sociedade.

As mulheres negras compõem **24,1%** da população, mas são responsáveis por **44,2 %** da carga de cuidados não remunerados.

Em 2015, meninas de **10 a 14 anos** produziram mais cuidados do que qualquer grupo etário de homens.

Fonte: Estudo Trabalho invisibilizado do cuidado no Brasil: desigualdades de gênero raça e escolaridade ao longo do curso da vida (Jesus et al., 2026)

E O QUE ESSA SOBRECARGA TEM A VER COM A NOSSA VIDA?

Tem tudo a ver. A quantidade de tempo e energia dedicada ao trabalho doméstico e de cuidado interfere diretamente na nossa saúde física e mental, na nossa trajetória educacional, na possibilidade de ter um trabalho remunerado e na construção da nossa autonomia econômica.

No mercado de trabalho, essa desigualdade também aparece.

A taxa de desemprego é maior entre as mulheres: **6,2%** entre trabalhadoras, enquanto entre os homens ficou em torno de 4,2%. A desigualdade se aprofunda quando se observa o recorte racial: entre mulheres pretas ou pardas, a taxa de desocupação chegou a aproximadamente **7,5%**.

Em média, as mulheres recebem salários **22% menores do que os homens**, mesmo quando possuem cargos iguais e níveis semelhantes de escolaridade. (PNAD-C/IBGE 2025)

E não é apenas uma questão de conseguir ou não um emprego. O cuidado também interfere na possibilidade de estar disponível para o trabalho remunerado.

1/3 das mulheres com 16 anos ou mais de idade que não procuram emprego, não estavam disponíveis ou não podiam trabalhar declararam como principal motivo suas responsabilidades de cuidado; entre os homens, essa proporção era de **3,6%**.

Entre mulheres com filhos/as menores de 3 anos, mais de **85%** atribuíram a indisponibilidade para o trabalho remunerado à necessidade de cuidar da casa, das crianças ou de outros parentes, enquanto 17% dos homens estavam na mesma situação. (PNAD-C/IBGE 2024)

Isso significa que, quando o cuidado é distribuído de forma desigual dentro das famílias e da sociedade, as mulheres acabam tendo menos tempo e menos possibilidades para estudar, trabalhar, descansar, cuidar de si, participar da vida pública e construir sua autonomia econômica.

É importante frisar também, que como os dados mostram, a desigualdade não se resume à diferença entre mulheres e homens. **Ela também é atravessada por raça e por outras desigualdades sociais.**

Por tudo isso, falar sobre cuidado é também falar sobre tempo, trabalho, renda, direitos e autonomia.

E é justamente por isso que precisamos perguntar: quem cuida de quem? Quem tem tempo para quê? E quem paga o preço quando o cuidado não é compartilhado?

E como é a sua rotina? Você já parou para pensar quanto tempo do seu dia passa trabalhando, cuidando de outras pessoas e realizando tarefas domésticas? Quanto tempo sobra para cuidar de você? Vamos tirar uns minutinhos pra isso?

PREENCHA ESSA TABELA COM AS ATIVIDADES E TAREFAS MAIS RECORRENTES NOS SEU DIA A DIA			
HORAS	**SEGUNDA A SEXTA**	**SÁBADO**	**DOMINGO**
00h			
01h			
02h			
03h			
04h			
05h			
06h			
07h			
08h			
09h			
11h			
12h			
13h			
14H			
15h			
16h			
17h			
18h			
19h			
20h			
21h			
22h			
23h			

03 O TRABALHO DAS MULHERES SUSTENTA O MUNDO

Você já parou para pensar que, sem a realização dessas tarefas, nós, seres humanos, não conseguiríamos sobreviver nem garantir a manutenção das nossas vidas? Cuidar é um trabalho indispensável para a sustentabilidade da vida humana, da economia e da sociedade.

A esse conjunto de tarefas e atividades damos o nome de **trabalho de cuidado** – um trabalho essencial para a manutenção da vida, embora muitas vezes seja invisibilizado e pouco reconhecido.

Cuidado: trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas (LEI Nº 15.069, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024).

Cuidar, portanto, é um trabalho indispensável para a sustentabilidade da vida humana, da economia e da sociedade. Todas as pessoas precisaram, precisam ou precisarão de cuidados ao longo da vida, e algumas não terão condições de se cuidar sozinhas e/ou necessitarão de auxílio em função da etapa ou das circunstâncias da vida – como crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou em situação de enfermidade. **O cuidado, portanto, faz parte da reprodução da vida humana. O problema é a forma desigual como esse trabalho é distribuído em nossa sociedade, acarretando sobrecargas de trabalhos e inúmeras desigualdades de gênero, raça e sociais.**

Essa divisão desigual é chamada de divisão sexual do trabalho...

A divisão sexual do trabalho, consolidada no capitalismo, separou homens na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, naturalizando a ideia de que mulheres possuem um "dom" para cuidar e invisibilizando essas tarefas enquanto trabalho (Federici, 2013). Assim, o cuidado permaneceu invisibilizado, confinado aos lares e sustentado majoritariamente pelas mulheres, sem reconhecimento econômico ou social.

Na prática, nós, mulheres, não desempenhamos apenas os trabalhos da esfera privada, mas como já vimos, a divisão sexual do trabalho ainda nos coloca diante de **duplas e triplas jornadas**, maior precarização no mercado de trabalho e menor valorização das atividades de cuidado, mesmo quando remuneradas.

Essa desigualdade também é atravessada por raça e classe. Em um país marcado pela herança escravocrata, as mulheres negras permanecem mais concentradas em ocupações precárias, mal remuneradas e pouco valorizadas.

Em um país com forte herança escravocrata como o Brasil, é preciso considerar ainda que raça, classe, etnia, origem e religião atravessam as experiências das mulheres, fazendo com que mulheres negras permaneçam estruturalmente inseridas em ocupações mais precárias, mal remuneradas e pouco valorizadas (Crenshaw, 2002; Gonzalez, 1984).

Na ausência ou insuficiência de políticas públicas de cuidado, mulheres com maior renda podem recorrer à contratação de serviços, enquanto mulheres de baixa renda dependem mais de redes familiares e comunitárias ou precisam conciliar o cuidado com trabalhos precários. Assim, a divisão sexual e racial do trabalho define não apenas quem cuida, mas também em quais condições esse cuidado é realizado.

O trabalho de cuidado remunerado também é realizado, em sua grande maioria, por mulheres – e, principalmente, por mulheres negras.

Em 2024, havia no Brasil cerca de 5,8 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Mais de 90% eram mulheres, e 68% delas eram mulheres negras. Trata-se de uma ocupação expressiva na força de trabalho feminina: 12,4% das mulheres ocupadas eram trabalhadoras domésticas. Entre as mulheres negras ocupadas, essa proporção chegava a quase 16%.(PNAD Contínua/IBGE, 2024)

As trabalhadoras domésticas foram uma das últimas categorias profissionais a ter seus direitos trabalhistas reconhecidos e, ainda hoje, enfrentam condições de trabalho marcadas pela precarização, informalidade e desigualdade de direitos.

Por tudo isso, um dos eixos do Plano Nacional de Cuidados é dedicado ao trabalho decente para trabalhadoras domésticas e do cuidado remunerado:

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/plano/eixos

Conheça e fortaleça a luta das trabalhadoras domésticas:

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD

04 AS MULHERES NÃO TÊM QUE CUIDAR DE TUDO SOZINHAS

Sem a realização do trabalho de cuidado, não seria possível garantir a manutenção de nossas vidas, de nossas comunidades e, inclusive, do funcionamento das empresas e da economia.

Você sabia que as atividades não remuneradas realizadas pelas mulheres – que incluem o trabalho doméstico e o cuidado com crianças e outras pessoas da família – poderiam representar entre 8% e 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro? O PIB corresponde à soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país (UFF/FGV IBRE).

Ou seja, sem esse trabalho, muitas vezes invisibilizado e não remunerado, seria impossível garantir a reprodução e o funcionamento da sociedade.

E por que é importante dar visibilidade a esse trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres?

Porque as desigualdades produzidas e reproduzidas pela divisão sexual do trabalho mostram que não é justo que as mulheres continuem arcando sozinhas com a responsabilidade pelo cuidado. É urgente redistribuir o trabalho de cuidado entre toda a sociedade. Isso significa construir políticas públicas e formas de organização social que garantam que o cuidado seja uma responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias, comunidade e setor privado, e não uma obrigação atribuída principalmente às mulheres.

A ausência de políticas públicas aprofunda desigualdades: quando os serviços estatais se retraem, sobretudo os destinados ao cuidado de crianças, doentes e idosos, são as mulheres que assumem os custos adicionais. Estruturas de classe determinam quais mulheres executarão fisicamente esses serviços e quais pagarão para que outros os realizem, recaindo novamente sobre as mulheres pobres o peso de cuidar de sua família e de outras (Crenshaw, 2002).

Por tudo isso, historicamente, as mulheres vêm lutando por políticas públicas que garantam condições para cuidar e para viver com dignidade. São lutas por acesso à saúde, à educação, à moradia, à alimentação, à creche, a espaços e serviços de cuidado para pessoas idosas e para pessoas com deficiência, entre tantas outras políticas que contribuem para socializar o trabalho de cuidado e reduzir sua sobrecarga sobre as mulheres.

Fruto de um amplo processo de mobilização e de reivindicação dos movimentos de mulheres e feministas, **em 2024 foi instituída a Política Nacional de Cuidados**, um marco importante no reconhecimento do cuidado como uma dimensão fundamental da vida e como uma responsabilidade que deve ser compartilhada por toda a sociedade.

Afinal, **se todas as pessoas precisam de cuidado ao longo da vida, cuidar não pode continuar sendo responsabilidade de poucas.**

A Lei nº 15.069/2024 instituiu a Política Nacional de Cuidados, reconhecendo o cuidado como um direito universal: o direito de ser cuidado, de cuidar e de exercer o autocuidado.

A Política busca garantir esse direito por meio da **corresponsabilização social pelo cuidado**, envolvendo Estado, famílias, setor privado e sociedade civil, e da **corresponsabilização entre homens e mulheres pela provisão dos cuidados,** considerando as múltiplas desigualdades que atravessam as experiências de cuidado.

Quais são os objetivos da Política Nacional de Cuidados?

- **Garantir o direito ao cuidado**, reconhecendo que todas as pessoas precisam cuidar e ser cuidadas ao longo da vida.
- **Garantir cuidado de qualidade** tanto para quem cuida quanto para quem recebe cuidado.
- **Ajudar a conciliar trabalho, vida familiar e responsabilidades de cuidado,** por meio de ações do poder público, do setor privado e da sociedade civil.

- **Garantir trabalho decente para quem trabalha profissionalmente com o cuidado,** enfrentando a precarização e a exploração dessas trabalhadoras e trabalhadores.
- **Reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado não remunerado**, realizado majoritariamente pelas mulheres.
- **Enfrentar as desigualdades de gênero, raça, classe, idade, território e outras** que marcam o acesso ao cuidado e as condições de quem cuida.
- **Valorizar a diversidade das pessoas que cuidam e das que precisam de cuidado**, reconhecendo diferentes realidades e necessidades.
- **Promover uma mudança cultural, para que o cuidado** deixe de ser visto como responsabilidade principalmente das mulheres e passe a ser compreendido como uma responsabilidade compartilhada por **Estado, famílias, comunidade e setor privado.**

QUAIS SÃO OS PÚBLICOS PRIORITÁRIOS?

- **Crianças e adolescentes,** especialmente na **primeira infância**;
- **Pessoas idosas** que precisam de apoio ou auxílio para realizar atividades do dia a dia;
- **Pessoas com deficiência** que precisam de apoio ou auxílio para realizar atividades do dia a dia;
- **Trabalhadoras e trabalhadores remunerados do cuidado;**
- **Trabalhadoras e trabalhadores não remunerados do cuidado,** que realizam atividades de cuidado sem remuneração.

Política Nacional de Cuidados: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15069.htm

É preciso estarmos atentas e fortes!

A consolidação da Política Nacional de Cuidados dependerá de implementação efetiva, financiamento adequado, participação social e incidência contínua dos movimentos de mulheres e feministas – protagonistas históricas tanto na denúncia das desigualdades produzidas pela divisão sexual do trabalho quanto na construção de alternativas para uma sociedade mais justa e igualitária.

Conheça também o Plano Nacional de Cuidados

Instrumento de planejamento da Política Nacional de Cuidados, responsável por estruturar ações, metas e instrumentos de implementação.

Decreto



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12562.htm

Eixos e ações:



https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/plano/eixos

05 AS MULHERES TAMBÉM CUIDAM DAS SUAS COMUNIDADES

Basta olhar ao nosso redor para perceber que, nas nossas famílias, comunidades e espaços de trabalho, somos, muitas vezes, nós, mulheres, que estamos à frente de projetos sociais, organizamos redes de solidariedade, buscamos levar informações e serviços aos nossos territórios, lutamos pela garantia de direitos e enfrentamos as mais diversas formas de violência.

Essas redes e experiências também são formas de cuidado e de organização coletiva. Reconhecê-las significa valorizar os saberes construídos pelas mulheres em seus territórios e compreender que uma política de cuidados precisa dialogar com essas experiências, fortalecê-las e não invisibilizá-las.

A partir desse reconhecimento, a comunidade e a sociedade civil organizada também estão previstas como atores institucionais da Política Nacional de Cuidados, reconhecendo o papel fundamental que desempenham na construção e na sustentação das redes de cuidado em nossos territórios.

NO MARCO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS, SÃO QUATRO OS ATORES INSTITUCIONAIS RESPONSÁVEIS PELA OFERTA DE CUIDADOS:

1. **O Estado**, por meio da garantia de direitos e efetivação de políticas públicas;
2. **As famílias**, por meio do trabalho não remunerado de cuidado e dos vínculos familiares;
3. **O setor privado**, por meio da oferta privada de serviços e pelas formas de organização do processo e das relações do trabalho remunerado – tanto no setor de cuidados quanto nos demais setores da economia – que podem ser mais ou menos favoráveis à garantia do direito ao cuidado das/os trabalhadoras/es e à promoção da corresponsabilização pelos cuidados;

4. **A comunidade e a sociedade civil organizada**, por meio da oferta privada sem fins lucrativos de formas não remuneradas de trabalho de cuidados, das redes comunitárias e de solidariedade.

Esse reconhecimento é importante porque **abre espaço para o diálogo, a articulação e o apoio às iniciativas comunitárias de cuidado no âmbito das políticas públicas**. O Plano Nacional de Cuidados prevê ações e estratégias voltadas ao **mapeamento e à valorização dessas iniciativas**, além de outras medidas que dialogam diretamente com o trabalho comunitário de cuidado e com as redes de solidariedade construídas nos territórios.

Eixo 1 - Garantia de direitos e promoção de políticas para quem necessita de cuidados e para quem cuida de forma não remunerada.

https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/plano/eixos

Mulheres em Rede promovendo Cuidados e Autonomia Econômica

Foi também a partir desse reconhecimento que este projeto foi desenvolvido: junto a mulheres que trabalham cotidianamente com e para suas comunidades, construindo redes, compartilhando saberes e promovendo direitos em seus territórios.

São mulheres que atuam na disseminação de direitos e informações; no enfrentamento à violência contra as mulheres, ao racismo, à LGBTfobia e a outras formas de discriminação; na promoção de ações de trabalho, renda e autonomia econômica; e na construção de iniciativas nas áreas da saúde, assistência e cuidado, entre tantas outras formas de organização e atuação comunitária.

Conheça os grupos que fazem parte dessa rede e venha você também fazer parte dela! :)

ACRE		
Associação de Mulheres Negras do Acre	Criada em 2015, com objetivo de unir e organizar as mulheres negras do estado do Acre para enfrentar as diversas violências contra as mulheres, as desigualdades, a miséria, e exclusão e o genocídio da população negra.	@associacaodemulheresnegras
BAHIA		
Associação Vida Brasil	A Associação Vida Brasil é uma organização da sociedade civil fundada em 1996, com sede em Salvador/Bahia. Atua na área de direitos humanos e educação para a cidadania junto a crianças e adolescentes, mulheres, famílias, pessoas com deficiência, população negra e moradores de comunidades populares. Sua missão consiste em: "valorizar e fortalecer, por meio da educação e da participação, indivíduos e grupos socialmente vulneráveis e excluídos, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável, inclusiva e democrática".	@ong_vidabrasil
MARES – Movimento de Mulheres, Arte, Educação e Sustentabilidade	A MARES – Movimento de Mulheres, Arte, Educação e Sustentabilidade é uma organização de sociedade civil fundada em 2004, sediada em Salvador e Remanso, na Bahia. Atua na área de direitos humanos, economia solidária, segurança alimentar e nutricional, cozinhas comunitárias e solidárias, quintais produtivos e educação para cidadania junto a mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade, principalmente mulheres negras e moradoras de territórios e comunidades urbanas.	@mulheres_em_movimento__arte_ed
PARÁ		
Movimento de Contadoras(es) de Histórias da Amazônia - MOCOHAM	O MOCOHAM (Associação Movimento de Contadoras e Contadores de Histórias da Amazônia) é um coletivo e ponto de cultura sem fins lucrativos dedicado a valorizar a tradição oral, as cosmologias e as narrativas da região amazônica	@mocoham2011

RIO DE JANEIRO		
Coletivo Negro e Indígena Carolina Maria de Jesus	Grupo de pesquisa, acolhimento e luta dos negros e indígenas do Colégio Pedro II.	@cnicmj_cp2
Grupo de Mulheres Yepondá	O grupo nasceu em 2007, para o combate à violência contra as mulheres e ao racismo e a defesa dos direitos humanos, através da cultura e educação.	@grupodemulheresyeponda
Faro Maré	É um coletivo fundado em 2007, na Favela da Maré, com atuação na área da arte, saúde e educação.	@faro_mare
Jojô Serviços	Localizado no Complexo do Alemão, tem como objetivo prestar serviços de inclusão das/os moradoras/es no mercado de trabalho, através da criação de currículos e encaminhamentos para vagas de emprego.	@jojoservicos
Movimento de Mulheres de Apoio Humanitário	Fundado em 2015, tem como missão aproximar as mulheres em situação de vulnerabilidade social de seus direitos sociais, através de encontros e roda de conversas e oficinas temáticas.	@ong.mmah
Movimento Mulheres Parque Horácio	Associação fundada em 2003 e voltada ao empreendedorismo com as mulheres periféricas, através de oficinas de artesanatos e atividades com as crianças e contação de história.	@movimentodemulheresphcf
RIO GRANDE DO SUL		
Cooperativa 20 de Novembro - Movimento Nacional de Luta pela Moradia	A Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro reúne integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e atua na revitalização de um prédio histórico no centro de Porto Alegre (RS) para criar habitação popular.	@mnlm.poa @mnlm.rs
SÃO PAULO		
Instituto Indhuma	Fundado em 2008 por visionários em diversidade, atende nas áreas de educação, cultura, saúde e diversidade humana.	@institutoindhuma

06 TRABALHO, CUIDADO E ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Já vimos que o trabalho de cuidado – realizado majoritariamente pelas mulheres e, de forma ainda mais desigual, pelas mulheres negras – é fundamental para a manutenção e a reprodução da vida. Mesmo sendo indispensável, é frequentemente **invisibilizado, desvalorizado e explorado**.

Essa exploração faz parte de uma lógica mais ampla. O modelo econômico capitalista também se sustenta na **exploração do trabalho e da natureza**, transformando o trabalho humano e os recursos naturais em fontes de produção de riqueza e acumulação. No caso das mulheres, essa lógica se combina com a divisão sexual do trabalho, mantendo grande parte do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e pouco reconhecido.

Mas existem outras formas de organizar o trabalho e a produção.

A **Economia Popular e Solidária** propõe colocar **as pessoas, suas necessidades e a sustentabilidade da vida** no centro da economia, valorizando a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a organização coletiva, em vez da busca pelo lucro a qualquer custo.

Essa perspectiva também nos ajuda a pensar a **autonomia econômica das mulheres**. Não basta ampliar as oportunidades de trabalho e renda se elas continuam responsáveis sozinhas pelo trabalho doméstico e de cuidado. Autonomia também significa ter **tempo, direitos e condições para trabalhar, cuidar de si, participar da vida pública e construir seus próprios projetos de vida**.

Quando colocamos a vida no centro, a economia pode ser outra. Construir essa outra economia também significa enfrentar as desigualdades que fazem com que, especialmente as mulheres negras, **trabalhem mais, cuidem mais e tenham menos reconhecimento e recursos pelo seu trabalho**.

A Economia Popular e Solidária se organiza a partir de alguns princípios...

- **Autonomia:** capacidade de tomar decisões coletivamente, sem dependência ou interferência externa.
- **Democracia:** todas as pessoas têm direito à voz e à participação nas decisões.
- **Solidariedade:** compartilhar saberes, recursos e cuidados, fortalecendo umas às outras.
- **Cooperação:** trabalhar coletivamente, somando esforços para alcançar objetivos comuns.
- **Autogestão:** todas as pessoas participam da organização, das decisões e da gestão do coletivo.
- **Respeito à natureza:** produzir e trabalhar de forma sustentável, valorizando e protegendo o meio ambiente.
- **Consumo consciente:** consumir de forma responsável, considerando as necessidades reais, os impactos ambientais e as condições de trabalho.
- **Valorização do trabalho humano:** reconhecer a dignidade de todo trabalho e garantir condições para uma vida com qualidade.
- **Valorização da diversidade:** respeitar e valorizar as diferenças, enfrentando todas as formas de discriminação e reconhecendo o papel das mulheres.
- **Comércio justo:** estabelecer relações de comercialização baseadas na justiça, na solidariedade e na valorização do trabalho.

Do cuidado à autonomia econômica: construindo alternativas coletivas

Como vimos, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado pode limitar nosso tempo, nossas oportunidades de trabalho e nossa autonomia econômica. Para muitas mulheres, especialmente aquelas que vivem situações de violência, ter renda própria e acesso a redes de apoio pode ser fundamental para ampliar as possibilidades de escolha e construir outros caminhos para suas vidas.

É nesse contexto que a **Economia Popular e Solidária pode contribuir para a construção de alternativas coletivas de trabalho e geração de renda**. Por meio da cooperação, da autogestão e da solidariedade, mulheres podem compartilhar conhecimentos, organizar a produção, fortalecer redes de apoio e construir formas mais justas de trabalhar e gerar renda.

Como constituir um coletivo de Economia Solidária

A formação de um coletivo começa com pessoas que compartilham interesses ou necessidades e desejam construir alternativas de trabalho e renda de forma coletiva. Esse processo valoriza os saberes e as experiências de cada participante, reconhecendo que todas as pessoas têm algo a ensinar e a aprender.

1. Conhecer as pessoas e suas experiências

Promover rodas de conversa para compartilhar trajetórias, memórias e experiências de trabalho, fortalecendo os vínculos, a confiança e a integração entre participantes.

2. Conhecer os princípios da Economia Solidária

Refletir coletivamente sobre princípios como cooperação, solidariedade, autogestão e democracia, compreendendo como eles podem orientar as decisões e as práticas do grupo.

3. Conhecer outras experiências

Visitar coletivos já existentes para conhecer suas histórias, formas de organização, processos de produção, comercialização e desafios. Essas trocas podem inspirar ideias e ajudar a identificar possibilidades.

4. Definir os objetivos do coletivo

Identificar o que une as pessoas e quais são seus objetivos comuns, como gerar renda, produzir e comercializar coletivamente, realizar compras compartilhadas ou promover trocas e fortalecer a autonomia dos participantes.

5. Organizar o grupo

Um coletivo de Economia Solidária precisa ter:

- No mínimo cinco integrantes;
- Um interesse em comum;
- Compartilhamento de perdas e ganhos;
- Prática dos princípios da Economia Solidária.

6. Decidir o que produzir ou qual serviço oferecer

Considerar os saberes, as habilidades e os interesses dos participantes, além dos recursos necessários, do espaço disponível, dos equipamentos, dos custos, do tempo de produção e das possibilidades de comercialização. Experimentar diferentes produtos ou serviços pode ajudar o grupo a decidir coletivamente o que fazer.

07 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NÃO É O MUNDO QUE A GENTE QUER

Como já conversamos, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado também afeta nossa autonomia econômica. Quando nós, mulheres, assumimos a maior parte dessas tarefas, temos menos tempo e condições para estudar, trabalhar e garantir nossa própria renda.

O que contribui para um ciclo difícil de romper: quanto mais somos responsáveis pelo cuidado, menores podem ser nossas possibilidades de trabalhar e ter renda; quanto menor nossa autonomia econômica, maior pode ser a dependência para garantir moradia, alimentação e o sustento da família.

Essa dependência pode tornar ainda mais difícil sair de uma situação de violência. Para muitas mulheres, romper uma relação violenta significa também pensar: Onde vou morar? Como vou sustentar meus filhos? Quem vai cuidar de quem depende de mim?

Por isso, falar de cuidado e autonomia econômica também é enfrentar a violência contra as mulheres. Redistribuir o cuidado, garantir acesso a serviços públicos, trabalho e renda significa criar melhores condições para que possamos fazer escolhas sobre nossas próprias vidas.

Nossos direitos são fruto de luta

Assim como lutamos por políticas públicas de cuidado, as mulheres também lutaram para que a violência fosse reconhecida como uma questão pública e uma responsabilidade do Estado.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é uma conquista dessa luta. Ela reconhece a violência doméstica e familiar como violência de gênero e violação de direitos humanos, e estabelece medidas de prevenção, proteção, assistência e responsabilização.

Outras leis também ampliaram o reconhecimento e o enfrentamento de diferentes formas de violência:

- **Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015):** reconhece o feminicídio como uma forma qualificada de homicídio.
- **Lei da Importunação Sexual (Lei nº 13.718/2018):** tornou crime a prática de ato libidinoso sem consentimento.
- **Lei da Violência Política contra a Mulher (Lei nº 14.192/2021):** estabelece medidas para prevenir e combater a violência política contra as mulheres.
- **Lei nº 14.550/2023:** fortaleceu a proteção da Lei Maria da Penha e reafirmou a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência independentemente de boletim de ocorrência, inquérito ou ação judicial.

Esses direitos são resultado da organização e da luta das mulheres. Conhecer nossos direitos, compartilhar informações e fortalecer nossas redes também é uma forma de proteção e resistência.

Para conhecer mais sobre as formas de violência contra as mulheres e os locais de atendimento, acesse a página da CAMTRA – Violência contra as mulheres.

08 AS MULHERES SÃO COMO AS ÁGUAS, CRESCEM QUANDO SE JUNTAM

Nós sabemos da força e da potência coletiva das mulheres. Sabemos que nenhuma transformação – seja da nossa realidade comunitária, seja na conquista de direitos mais amplos – aconteceu neste país sem a nossa contribuição e participação. E sabemos também que, quando trabalhamos em rede, fortalecemos umas às outras e ampliamos nossa capacidade de alcançar conquistas ainda maiores.

Por isso, além das organizações proponentes CAMTRA E CAMP, o projeto **Mulheres em Rede Promovendo Cuidado e Autonomia Econômica (TF 968941/2025),** partiu do reconhecimento e do fortalecimento das mulheres que movimentam e transformam seus territórios em diferentes lugares do Brasil, apostando na troca de saberes, experiências e estratégias construídas entre nós. Para isso, contou com **12 mulheres, lideranças comunitárias, ativistas e militantes, que atuaram como multiplicadores em seis estados brasileiros - Acre, Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo** - fortalecendo redes e ampliando a circulação de conhecimentos e experiências entre diferentes territórios.

Através dessa articulação, até julho de 2026, o projeto alcançou **812 mulheres como beneficiárias diretas**. Desse total, **707 mulheres participaram das 32 rodas de conversa** realizadas em diferentes regiões, reunindo, em toda a sua diversidade, mulheres indígenas, ribeirinhas, negras e brancas, além de integrantes da população LGBTQI+. Outras **105 mulheres participaram dos três encontros estaduais** realizados até o momento, nos estados da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O projeto também articulou suas ações à participação em eventos de caráter nacional e internacional que contribuíram para o debate e a luta por políticas de cuidado e pela autonomia econômica das mulheres, como a **COP30**, realizada em Belém, em novembro

de 2025, e a **II Marcha das Mulheres: por Reparação e Bem Viver**, realizada em Brasília, também em novembro de 2025.

Agora, o projeto encerra suas ações com a realização deste **Encontro Nacional** e o lançamento desta **cartilha sobre cuidados**, como mais uma ferramenta para compartilhar os saberes construídos ao longo dessa caminhada e fortalecer a rede de mulheres que seguimos construindo em diferentes territórios do Brasil.

Conheça a mulherada que fez este projeto acontecer!

Equipe Técnica:

Coordenadora Geral do Projeto: Eleutéria Amora da Silva (CAMTRA)

Assessoras Administrativas do Projeto: Cristiane Oliveira Tolfo (CAMP), Alaiane de Fátima dos Santos Silva (CAMTRA) e Antonia Maria Mendes Rodrigues (CAMTRA).

Coordenação Temática do Projeto: Gil Neves (CAMP)

Comunicação: Alana Barroco Vellasco Austin (CAMTRA) e Agência de Arte

Multiplicadoras/Articuladoras locais:

Alaiane de Fátima dos Santos Silva - Rio de Janeiro (Coletivo Negro e Indígena Carolina Maria de Jesus)

Bárbara Souza - Rio de Janeiro (Grupo de Mulheres Yepondá)

Fabiana da Silva Ferrinha - Rio de Janeiro (Faro Maré)

Joelma Alcântara - Rio de Janeiro (Jojô Serviços)

Josete Lima Cavalcante - Rio de Janeiro (Movimento de Mulheres de Apoio Humanitário)

Maria Aparecida Vieira - Rio de Janeiro (Movimento Mulheres Parque Horácio)

Educadoras Locais:

Ceniriani Vargas da Silva - Rio Grande do Sul (Movimento Nacional de Luta pela Moradia/ Cooperativa 20 de Novembro)

Clarice Silva de Oliveira - São Paulo (Instituto Indhuma)

Débora Rodrigues da Silva - Bahia (Associação Vida Brasil/MARES – Movimento de Mulheres, Arte, Educação e Sustentabilidade)

Núbia Luzia Dias - Pará (Movimento de Contadoras(es) de Histórias da Amazônia)

Roselene Maria de Lima - Acre (Associação de Mulheres Negras do Acre)

Nossos agradecimentos às parcerias que também contribuíram para que este projeto fosse possível:

CEU Parque Bristol - SP

Andrea Guilherme Del Rio - Coordenadora de Cultura

José Roberto Lima Cunha - Coordenador de Cultura

Cedaps - Centro de Promoção da Saúde

Wanda Guimarães

Cooperativismo, trabalho e desenvolvimento sustentável - COOPBARP - PA

SEBRAE - PA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Clara; FERREIRA, Marcelo. Mulheres enfrentam jornada exaustiva entre trabalho, casa e cuidado da família. **Brasil de Fato**, 13 mar. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/03/13/mulheres-enfrentam-jornada-exaustiva-entre-trabalho-casa-e-cuidado-da-familia/. Acesso em: 07 set. 2026.

BRASIL. DECRETO Nº 12.562, DE 23 DE JULHO DE 2025. Regulamenta o art. 9º e o art. 11 da Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que institui o Plano Nacional de Cuidados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 de Julho de 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12562.htm. Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 247, p. 2, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.069-de-23-de-dezembro-de-2024-603826031. Acesso em: 04 set. 2025.

BRASIL. Portaria Conjunta MDS/MMULHERES/MDHC. Portaria nº 35, de 11 de Dezembro de 2025. Estabelece as ações do Plano Nacional de Cuidados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 79, 15 de Dezembro de 2025. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2025/12/acoes-plano-nacional-cuidados.pdf. Acesso em: 22 ago. 2026.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL (CAMP). **ECOSOL POPRUA**: Formação em Economia Solidária com Pessoas em Situação de Rua. Porto Alegre: CAMP, 2017. Cartilha. Disponível em: https://camp.org.br/files/2017/07/Cartilha-Pop-Rua-Formacao-Coletivos-Eco-Sol.pdf. Acesso em: 07 out. 2026.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL (CAMP); COLETIVO DIÁLOGOS DE RESISTÊNCIA. **Economia Popular Solidária**: Resistência, Formação e Bem Viver. Porto Alegre: CAMP, 2022. Cartilha. Disponível em: https://camp.org.br/wp-content/uploads/2026/02/Cartilha-Dialogos-915519.pdf. Acesso em: 07 out. 2026.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL (CAMP); FÓRUM DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA (FONSANPOTMA). **UBUNTU**: A Economia Solidária dos Povos. Porto Alegre: CAMP, 2022. Cartilha. Disponível em: https://camp.org.br/wp-content/uploads/2026/02/Cartilha-Ubuntu-2022-FINAL-OK-OK.pdf. Acesso em: 07 out. 2026.

CASA DA MULHER TRABALHADORA (CAMTRA). Violência contra as mulheres. **CAMTRA**, 15 abr. 2024. Disponível em: https://camtra.org.br/index.php/2024/04/15/violencia-contra-as-mulheres/. Acesso em: 01 out. 2026.

CASA DA MULHER TRABALHADORA (CAMTRA). **A Violência Contra Meninas e Mulheres Não é o Mundo que a Gente Quer**. 14. ed. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2025. Cartilha. Disponível em: https://camtra.org.br/wp-content/uploads/2026/03/cartilha2025-grafica-final-corrigido-1.pdf. Acesso em: 01 out. 2026.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, jan-jun. 2002.Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011. Acesso em: 10 set. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Tradução: Carlos Fernandez Guervós y Paula Martiz Ponz. 1. ed. Madri:Traficantes de Sueños, 2013. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Revolucion%20en%20punto%20cero-TdS.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, p. 223-244, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024 (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=45003. Acesso em: 13 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2025)**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html. Acesso em: 13 set. 2026.

JESUS, J. C. de J.; WAJNMAN, S.; TURRA, C. M. Trabalho invisibilizado do cuidado no Brasil: desigualdades de gênero, raça e escolaridade ao longo do curso da vida. **Revista Latinoamericana de Población**, *[S. l.]*, v. 19, e202533, 2026. Disponível em: https://revistarelap.org/index.php/relap/article/view/373. Acesso em: 09 set. 2026.

KELLY, Isabela Duarte; CONSIDERA, Claudio; MELO, Hildete Pereira de. Quanto vale o amor materno? Apenas abraços e beijos? **Blog do IBRE**, 04 out. 2023. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/quanto-vale-o-amor-materno-apenas-abracos-e-beijos. Acesso em: 09 set. 2026.

SANTOS, Iara Amora dos; JACOB, Sheila; SANTIAGO, Luisa. **Mulheres Trabalhadoras**: Vida e Direitos. 3. ed. Rio de Janeiro: CAMTRA: NPC, 2011. Revista. Disponível em: https://camtra.org.br/wp-content/uploads/2026/10/Revista-Mulheres-Trabalhadoras-3a-Edicao.pdf. Acesso em: 09 set. 2026.

SANTOS, Iara Amora dos. **O filho não é só da mãe?** Luta das mulheres pelo direito à creche no Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Orientadora: Mariana Trotta Dallalana Quintans.

SILVA, Alaiane Fátima Santos; SANTOS, Iara Amora dos; SILVA, Eleutéria Amora. **Trabalhadoras Ambulantes**: Vida, Trabalho e Direitos. 2. ed. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2012. Revista. Disponível em: https://camtra.org.br/wp-content/uploads/2018/10/livro-trabalhadoras-ambulantes-vida-trabalho-e-direitos.pdf. Acesso em: 09 set. 2026.


MULHERES EM REDE
MULHERES EM REDE
MULHERES EM REDE
MULHERES EM REDE

MULHERES EM REDE

PROMOVENDO CUIDADO ♀ AUTONOMIA ECONÔMICA ♀

EXECUÇÃO

Camtra
CASA DA MULHER TRABALHADORA

CAMP
Escola do Bem Viver

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS MULHERES
SECRETARIA NACIONAL DE AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA DE CUIDADOS



